



## Questões sobre autoridade na Igreja

Dom Sumio Takatsu\*

O capítulo I do documento "O Dom da Autoridade" (DA) aborda o assunto da Autoridade na Igreja, a partir da questão ainda não resolvida sobre a relação entre Escritura, Tradição e Magistério.

### O Conceito de autoridade

Que vem a ser autoridade na Igreja? A origem etimológica da palavra autoridade (*auctoritas*) nos ajuda a compreender a natureza e função da autoridade na Igreja<sup>1</sup>. Esse substantivo está associado com o verbo *augere* que significa aumentar, alargar, fazer crescer, fertilizar e fortalecer e o substantivo *auctor*, (o autor, causador, aquele que dá origem, fundador da família, da cidade, líder e proponente). As raízes do verbo e do substantivo estão refletidas no significado da autoridade.<sup>2</sup> O que é fundamental na autoridade é a capacitação, educação, e o fortalecimento do processo de crescimento. Como tal é "mais do que conselho de peso e menos do que o comando ou ordem". Autoridade assim entendida se contrasta com poder e dominação. Essa distinção pode ser observada no estudo do termo grego "exousia" na versão LXX do Testamento hebraico e no Novo Testamento. *Exousia* na versão LXX significa o direito de executar ação concedida por uma autoridade superior e no Novo Testamento, ação absoluta que é própria de Deus, por exemplo, em Mateus 28.18. "Exousia" está atrás de "□□□□□□□"(poder e capacidade) e, às vezes são sinônimos. (TDNT II, editado por Kittel).<sup>3</sup>

O documento DA parece pressupor essa gama de significados da autoridade, inclusive o efeito maléfico do exercício errôneo da autoridade na Igreja. Por exemplo, quando diz no § 7, que "Deus é o autor da vida" e conclui afirmando que o Deus Trino é criador (no inglês o verbo *authors*) da vida em toda a sua plenitude. E quando diz

---

\* Dom Sumio Takatsu foi bispo da Diocese Anglicana de São Paulo. Atualmente aposentado, faz parte da Câmara dos bispos da IEAB.

<sup>1</sup> S.Sykes (editor) *Authority In the Anglican Communion*, Toronto, Anglican Book Centre, 1987 p.34

<sup>2</sup> ibidem

<sup>3</sup> Paul Avis, *Authority, Leadership and Conflict in the Church*, cap. 2. Avis cataloga algumas afirmações sobre o contraste em tela. Entre elas, L.Boff – Autoridade sem consentimento é dominação e S. Sykes – autoridade sem consentimento é tirania.



que a autoridade pode ser opressiva e destrutiva (§6) está, certamente ou intencionalmente, consciente da ampla significação etimológica da "autoridade" e suas nuances. Por outro lado, o documento nem sempre reconhece suficientemente a ambigüidade na relação entre a autoridade e poder. Isso será discutido posteriormente.

Sob o enfoque intencional do documento, a autoridade principal na Igreja é Deus em Cristo. As Escrituras, a Tradição e o Magistério são secundárias e derivadas dessa autoridade de Deus em Cristo. Por isso devem estar a serviço dos propósitos divinos, pois Deus Trino é o Criador, Redentor e Consumador do Universo e da vida entendida como convivência e comunhão. Esse Deus é autor e mostra-se capaz de cumprir o seu propósito, isto é, "trazer todos os povos em comunhão consigo no âmbito de uma criação transformada" (ARCIC, *Igreja como Comunhão*, 16). "A comunhão atingirá sua realização quando Deus for tudo em todos", (1Co 15; *Comunhão Eclesial* §15).

Essa autoridade divina na Igreja – a capacidade de conduzir, alimentar, fazer crescer com a Palavra, os Sacramentos e a vida de comunhão – é percebida e experimentada vivencialmente no Sim de Deus a todas suas promessas e no Amém da humanidade em Jesus para a glória de Deus, conforme a compreensão paulina, (2Co 1.18-20). Por isso esse tema é a chave da compreensão da autoridade, (§8), pois a vida e o ministério de Jesus nos proporcionam uma visão da capacidade que ele tinha de fazer a vontade de Deus mesmo até a morte. O quadro referencial disso está em Hebreus (10.5-10), Filipenses (2,8), João (10.18; 5.10). Era algo novo o modo como Jesus exercia a autoridade. Essa novidade era reconhecida em sua cura, ensino e libertação. A demonstração cabal dessa autoridade - capacidade criadora, libertadora e sustentadora para a comunhão - está na oferta de si mesmo em amor. (Mc 10.45). Nessa qualidade, Jesus agia com a autoridade de quem estava em perfeita comunhão com Deus. Em outras palavras, a autoridade de Deus é como Jesus viveu, conviveu e agiu. Então, temos uma nova percepção da autoridade de Deus que passa pelo que Marcos 10.45, Filipenses 2, João 10.11, Romanos 5.6,8,10 dão testemunho, enfim pela Cruz e Ressurreição. A esse Jesus Cristo ressuscitado é dada toda a autoridade no céu e na terra, o qual é a cabeça da Igreja, (Mt 18-20; Ef 1.18-23).

O §10 trata da autoridade em termos do Sim de Deus às suas promessas em Jesus Cristo e do Amém da humanidade em Jesus Cristo a esse Sim de Deus. O coração disso é a obediência de Cristo até a morte.

Aqui devemos dar atenção a dois pontos, pelo menos. O Amém da Igreja no Sim e no Amém de Jesus é a área do Espírito Santo. O Amém que a Igreja possa dizer pertence ao penhor do Espírito que nos é dado. Por isso, não é um fardo, mas é um dom, esfera da liberdade. Acontece, porém, que o dom é recebido e assumido, em meio à tensão escatológica do "já" e do "ainda não", que caracteriza o tempo da



Igreja. Nesse tempo, o dom tem como seu parceiro o compromisso, ou responsabilidade. Por isso Robert Wright está certo em indagar se o dom pode ser, também, um fardo. De fato, pode, em nome do exercício da responsabilidade, haver excesso. Tudo isso tem conseqüências na compreensão do exercício da autoridade na Igreja.

Há outro ponto relacionado com a obediência de Cristo, o seu Amém. Esta é uma área que requer certa sensibilidade. É verdade que o Filipenses 2 não é mencionado diretamente. No entanto, é bom lembrarmos de que esse texto trabalha com a metáfora do senhor/escravo existente na sociedade contemporânea. Daí ser fácil de se ler que a obediência de Jesus é a de escravo para com o senhor (Deus). Uma leitura mais cuidadosa do texto bíblico, indica que a obediência de Jesus se refere ao fato de não se apegar à condição de ser igual a Deus e ao assumir a forma de escravo até a morte. A conseqüência dessa inversão de status é a mudança no conceito e na relação do poder.<sup>4</sup> A obediência tem a ver com o ouvir (□□□□□□□□□□□□□□□□) que é dar atenção a, e entrar naquilo que se está ouvindo, isto é, na Palavra ou no Evangelho. Há uma relação entre o ouvir e o Evangelho. O ouvir tem a circunstância do ouvinte. Então há uma relação muito sutil entre a autoridade e obediência.

Continuado com a leitura do documento, por meio do Batismo ocorre a inserção no Amém de Cristo e da Igreja. E aqui devemos perguntar, então, por que o texto batismal de Gálatas 3.27-30 não foi considerado no § 11? Pois ali se declara a igualdade de todas as relações "hierarquizadas" e a conseqüente afirmação da unidade ou comunhão que transcendem às diferenças e enriquecem a comunhão. A memória desse texto batismal não teria conseqüência benéfica para iluminar a relação entre episcopé, interpretação do Evangelho, colegialidade, conciliaridade e a Primazia, e o "Amém" das igrejas locais e da Igreja Universal? Não diz o documento que o episcopado está encarregado da memória?

### No Batismo e na Eucaristia

Os artigos 10 a 13 tratam do Amém focalizado no Batismo e na Eucaristia, onde cada pessoa participa do Amém da Igreja. Há aqui uma certa indicação da tensão que se aflora entre a fé pessoal e "tudo o que a Igreja, em fidelidade à Palavra de Deus, afirma ser o conteúdo autêntico da revelação divina" (§12). "Crescer nessa fé pode ser, para alguns, uma experiência de questionamento e de luta". (§12). O que é esse "tudo o que a Igreja afirma ser o conteúdo autêntico da revelação divina"? Quem julga esse "tudo" ser o conteúdo autêntico da revelação? Diga-se de passagem, no documento, embora se fale na participação de toda a Igreja, o papel do laicato é o de

---

<sup>4</sup> Ver Cynthia Briggs Kittrege, *Community and Authority, Rhetoric of Obedience in the Pauline Tradition*, pp 80-81. Autora é professora do Novo Testamento, no Seminário Episcopal de Austin, Texas.



passividade. Também, essa tensão se projeta para o nível da relação entre as igrejas locais e a Igreja Universal, entre a colegialidade e o primado universal e, também, o consenso dos fiéis. A questão é de como as pessoas e as Igrejas locais são levadas a dizer o Amém. Na observação de S.Sykes,<sup>5</sup> a despeito de parágrafos notáveis sobre mutualidade e participação, há ainda afirmações que deixam em dúvida se existe espaço para o questionamento ou desafio ao ensino do magistério. São questões que devem ser aprofundadas.

### Tradição

Os artigos 14 a 18 ocupam da Tradição como núcleo formador, alimentador e multiplicador da comunhão (*koinonia*). Esse núcleo é a presença de Cristo, o Sim e o Amém, no poder do Espírito Santo, por meio de palavras e agentes humanos. A Tradição é essa Presença em processo dinâmico de transmissão e recepção. Ela é "canal do amor" de Deus, pelo qual se compartilha a comunhão da S.S. Trindade, (§15). Ela une as Igrejas geograficamente (sincrônica) e de geração a geração, (diacrônica), (§16). Essa Tradição é denominada de apostólica e essencialmente unida às Escrituras, no sentido de "recepção e comunicação constante e contínua da Palavra revelada de Deus em muitas circunstâncias diversas e em tempos constantemente mutáveis", (§16). Antecipe-se aqui o que foi dito no §27, o encontro da Tradição viva com a rica diversidade humana que resulta em diversas expressões do Evangelho faz parte da catolicidade da Tradição e da comunhão.(§26ss.). Pode-se dizer que a catolicidade que exclui a diversidade é questionável.

### Algumas perguntas

Aqui, nos artigos 16 e 17 surge uma pergunta se a Tradição é um processo de transmissão e recepção do Cristo, o Evangelho, que envolve a diversidade cultural (isto é, a vida e missão da Igreja como um todo em processo, como entendeu Lambeth 88), ou é um conteúdo detectável e destacável, que percorre as Escrituras como uma "canaleta", praticamente independente como sugere o documento ("o testemunho da proclamação, dos sacramentos e da vida em comunhão é, ao mesmo tempo, o conteúdo da Tradição e seu resultado." (§18)... "nas Escrituras, um registro autorizado da Tradição apostólica a ser transmitida de uma geração a outra", (§21). E ainda... "a Tradição dá testemunho da comunidade apostólica presente na Igreja hoje através de sua memória corporativa" e diz, no início do mesmo artigo 18 e, no § 24, "a Igreja recebe e reconhece como um dom da graça divina tudo o que confessa como expressão verdadeira da Tradição transmitida definitivamente aos apóstolos").

---

<sup>5</sup> S. Sykes, *The Papacy and Power - Anglican View*, in *Church Unity and the Papal Office* (ed by Carl Braaten e Robert Jenson) p. 72



Aqui permanece a mesma pergunta feita pela Conferência de Fé e Ordem, em Montreal 1963, § 48, sobre onde encontramos a Tradição genuína e a ambigüidade de sua interpretação. Diga-se de passagem, essa mesma Conferência propôs a anterioridade da Tradição como a vida e missão da Igreja sob a inspiração do Espírito Santo sobre a Escritura e a Escritura como Tradição escrita<sup>6</sup>.

O que se pergunta aqui é se a imagem eclesiológica não seria, também, a de uma "canaleta": Deus – Cristo – apóstolos e, então, Igreja. Os apóstolos parecem pertencer à verticalidade e a Igreja a horizontalidade. Se, de um lado, há essa tendência sob a rubrica de Tradição apostólica, a qual desejo ver testada, existe, de outro lado, sob a rubrica da catolicidade do Amém, onde se afirma a rica diversidade da vida, (§27). O povo de Deus como um todo é portador da Tradição viva. O discernimento e a comunicação da Palavra de Deus são da responsabilidade de todos, e o lugar dos teólogos e a mutualidade entre bispos, clérigos e o povo em dar e receber as interpretações estão contemplados, (§28, 30 - "sinfonia" de todo o povo de Deus).

### As Sagradas Escrituras

Sob a rubrica de Sagradas Escrituras, a Tradição é "a vida contínua da Igreja guiada pelo Espírito Santo, que recebe a mensagem de Deus e ao recebê-la a interpreta" (ver Relatório sobre a Dogmática e Pastoral, de Lambeth 1988 §79 e também Montreal, na qual, a Escritura ocupa um lugar único e normativo). É "o testemunho escrito" do Sim e do Amém. É normativa a Escritura por ser único testemunho inspirado da revelação divina, pelo qual se avalia constantemente o ensino, pregações e ações da Igreja e por ela se faz presente e a revelação e se transmite. Por isso é uma autoridade única.

Essa Escritura incorpora várias tradições judaicas e cristãs que, por sua vez, representam as diferentes experiências da revelação de Deus em Cristo, em diferentes circunstâncias. É nessa vida de diversidade da Igreja que, também, a Bíblia hebraica foi recebida e interpretada, fazendo parte da revelação da "Palavra final" de Deus em Cristo. (§20. Ouve-se aí, o eco de Montreal). Parece-nos importante destacar a experiência da diversidade de interpretação do Evangelho, a diversidade da vida de Igrejas, em decorrência do encontro do Evangelho e das culturas como parte integral da formação das Escrituras. Elas próprias dão testemunho disso. Assim, no que se refere aos anglicanos, a seção sobre as Escrituras, é satisfatória. (Ver os § 20

---

<sup>6</sup> (§ 46 a 50 *Apostolic Faith Today*, 1985, pp.80-85).



a 22) Porém, lembramos que os estudiosos da Bíblia e os teólogos têm uma espécie de "colegialidade" informal e voluntária como associações, conferências e publicações, que transcendem às fronteiras eclesiais. Essa "colegialidade" faz parte da "sinfonia" pelo seu trabalho autêntico ou necessita do aval da oficialidade?).

### **Comparação dos conceitos de Escritura e Tradição com os documentos anglicanos**

É um tanto repetitivo, mas em se tratando de um documento como este entre anglicanos é bom reportarmos ao quadro referencial anglicano. Os documentos mais recentes sobre as matérias encontram-se no Relatório de Lambeth de 1988, Dogmática Pastoral, § 77 ss., e no Relatório de Virginia.

Os anglicanos se mantêm juntos pela maneira característica como utilizam as Escrituras, a Tradição e a razão para um atualizado discernimento do desígnio de Cristo para a Igreja em cada geração. Isto foi bem explicado no *Relatório das Preocupações Pastorais e Dogmáticas*, uma das partes de Lambeth 1988.

Os anglicanos afirmam a soberana autoridade das Santas Escrituras como instrumento através do qual Deus, pelo Espírito Santo, comunica sua palavra na Igreja e assim habilita as pessoas a responder com compreensão e fé. As Escrituras são "testemunho único e inspirado para revelação divina", e "a norma primária para a fé e vida Cristã".

Entretanto, as Escrituras devem ser traduzidas, lidas e compreendidas, e seu significado deve ser entendido através de um processo contínuo de interpretação. Desde o século XVII, os Anglicanos sustentam que as Escrituras devem ser compreendidas e lidas à luz proporcionada pelos contextos de "tradição" e "razão".

No que se refere à Tradição, o Relatório de Lambeth 1988 disse o seguinte: §79 –"Tome-se a palavra "tradição". Num sentido esse termo pode denotar a própria Escritura, porque ela encarna a "tradição", "a mensagem", "a fé uma vez entregue aos santos". Porém a tradição pode também denotar, num outro sentido e no sentido lato, não o depósito da fé, mas a vida contínua da Igreja guiada pelo Espírito Santo, que recebe a mensagem de Deus e ao recebê-la a interpreta. As Escrituras são produtos da tradição como a entendemos. Elas são a literatura que a Igreja recebeu gradualmente e as definiu como interpretação que tem autoridade e incorporação da palavra pela qual a Igreja vive. Uma vez reconhecido como "livros da Igreja" neste sentido especial, estes livros tornam-se, entretanto, assunto de um contínuo processo de interpretação que assume uma miríade de formas. Na pregação, ensino, padrões de oração comum e individual, exegese erudita, hábitos de conduta e ação, definição



dogmática, a Igreja se apropria das Escrituras e expressa sua compreensão das mesmas. Essa tradição viva de interpretação contínua fez surgir fórmulas de peso, de influência e de autoridade: orações eucarísticas clássicas, por exemplo, e hinos populares, para não mencionar os Credos ecumênicos, que se fazem paralelo às Escrituras como sumário da mensagem essencial.<sup>7</sup>

A tradição tem duas conotações. Uma é a contínua vida da Igreja que recebe a Palavra e a interpreta. A Palavra que ela recebe historicamente na sua origem traz as interpretações da Bíblia Hebraica, em relação à vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo e sua missão. A outra é essa mesma comunicação, transmissão da vida da Igreja e sua interpretação, que é a literatura do Novo Testamento agregado ao Antigo Testamento. Neste sentido, sendo a Escritura reconhecida como o testemunho único e inspirado é normativo para examinar todas tradições.

A Conferência de Lambeth 88 e o Relatório de Virginia falaram na interpretação das Escrituras no contexto da tradição no sentido da vida contínua da Igreja e da razão, a qual é "a capacidade humana de simbolizar e ordenar, compartilhar e comunicar a experiência", (§ 81). Sendo dádiva divina e tendo essa função, "a razão não pode ser divorciada nem das Escrituras nem da tradição, porque nenhuma delas é nem mesmo concebível à parte da ação da razão". A razão é culturalmente condicionada ela é considerada a "mente" de uma cultura e a tradição como a "mente" da Igreja.

Assim se confere, no "Dom da Autoridade" a relação inseparável e recíproca entre a Igreja (Tradição) e as Escrituras (Tradição reconhecida pela Igreja como tendo autoridade, a capacidade de examinar e renovar a vida e missão da Igreja por ser o testemunho inspirado, único e indispensável do Evangelho, da Palavra de Deus), segundo os documentos anglicanos. Ouve-se, assim, o eco da suficiência das Escrituras para a salvação.

No entanto, é preciso "fazer estudos cuidadosos e prolongados" (Griswold), e passar o documento por "questionamento e avaliação crítica" (G. Carey). Nesse sentido, carece uma compreensão melhor do adjetivo apostólico referido à Tradição, que parece possuir determinado conteúdo paralelo à formação das Escrituras como Tradição apostólica que percorre através dos desenvolvimentos institucionais e que implica numa eclesiologia que coloca os apóstolos anteriores ao nascimento da Igreja. Essa Tradição apostólica realçada pelo adjetivo "toda" (ver §24,) parece indicar que sua recepção acarreta na recepção da Primazia universal do bispo de Roma, mesmo nas condições atuais de ter o seu governo sobre todas as Igrejas particulares, nos moldes do Vaticano I – o que o distancia da concepção papal do primeiro milênio. Diga-se de passagem, que o documento *Dominus Iesus* fala no governo universal do



Pontífice, referindo-se à Encíclica Pastor Eterno, onde se diz que a jurisdição papal é ordinária e imediata sobre as Igrejas particulares, isto é, sobre as dioceses.

### Recepção e Re-recepção

Esse é um capítulo muito interessante porque apresenta uma ambigüidade no sentido de que a importância da recepção sempre fez parte da visão anglicana da autoridade e sob a rubrica da re-recepção pode-se incluir uma revisão da interpretação inadequada da Escritura e da tradição da vida da Igreja ou aceitação da Primazia universal por parte dos anglicanos.

A ambigüidade está em frases que por si só são verdadeiras, mas carecem de contextos e referências. A Igreja "deve continuar livre para receber a Tradição apostólica de novas maneiras, segundo as situações com que se depara", (§24). "Embora tendo recebido a promessa da assistência do Espírito Santo, de tempos em tempos as igrejas esquecem alguns aspectos da Tradição apostólica, não conseguindo discernir a visão plena do reino de Deus à luz da qual procuramos seguir a Cristo. As igrejas sofrem quando algum elemento da comunhão eclesial foi *esquecido*, *negligenciado* ou *deturpado*. Recorrer de novo à Tradição em uma nova situação é o meio pelo qual a revelação de Deus em Cristo é rememorada", (§25). E sob o item da catolicidade do Amém, as Igrejas em comunhão imperfeita devem reconhecer, umas nas outras, "elementos da Tradição apostólica que podem ter rejeitado, esquecido ou ainda não compreendido plenamente", (§ 31). A que se refere "esquecido, negligenciado, deturpado e ainda não compreendido"? Trata-se da ordenação feminina? Deturpação da Primazia petrina pastoral e símbolo no governo universal com jurisdição ordinária e imediata? Ou a "negligência" anglicana em não ter "recebido" essa primazia? A re-recepção insinuaria a redução do poder atual do bispo de Roma ao nível de símbolo da unidade?

Que é essa tradição apostólica? Parece uma canaleta paralela à Escritura, que é, também, apostólica e parece percorrer a história do desenvolvimento do papado como sua legitimação.

### Catolicidade do Amém

Neste capítulo, o que se ressalta é a Igreja como a comunidade de todo o povo de Deus como portadora da Tradição viva, na qual os bispos exercem o seu





episcopado em sínodo em diversos níveis. Dentro dessa comunidade, há funções episcopais. A reciprocidade entre os bispos em Sínodo e o consenso dos fiéis é expressa por meio da metáfora da sinfonia. Também a rica diversidade como parte normal ou natural da catolicidade é contemplada.

No que diz respeito à metáfora da sinfonia, ela é uma figura muito inspiradora em si, mas quando se traduz em termos práticos, contextualmente, pode haver mais do que uma forma de regência. Além disso, um maestro em sua conversa num programa de TV disse que os maestros enfrentam a tentação narcisista quando rege uma orquestra. Pode-se dizer que o episcopado ou qualquer outra instituição de importância na Igreja não está imune à tentação. A proteção para tanto parece estar no equilíbrio, checagem, apoio e interação entre a Igreja local e a Igreja universal, estudo das Escrituras, da teologia, liturgia, pastoral e, no exercício do episcopado em todos os níveis. E parece-nos que o conceito da autoridade dispersa e compartilhada, expresso pela Conferência de Lambeth de 1948 ainda é pertinente para os anglicanos. É isso que S.Sykes denomina de "humildade institucional".

### **Consenso no exercício da Autoridade**

Aqui vou destacar apenas as partes que suscitam perguntas e exigem maior esclarecimento e aprofundamento.

*Necessidade de recepção constante da Tradição (§24-26).*

Se a Tradição como entendem os documentos de Lambeth e de Virginia é a vida e missão da Igreja, na qual se recebe a mensagem proclamada e testemunhada nas Escrituras, qual é o sentido da recepção constante da Tradição? Se a Tradição apostólica veio a ser a Escritura, que tipo de Tradição deve ser re-recepcionada? E a Tradição (a vida e Missão da Igreja) a ser examinada, à luz da leitura e re-leitura do Evangelho e das Escrituras? Que está atrás dessa necessidade?

*Sensus fidelium*

No papel de todo o povo de Deus, no qual, como mestres da fé, os bispos têm voz distinta na formação e no pensamento da Igreja (§29-30) é preciso



destacar que o *sensus fidelium* do povo de Deus e o ministério da memória existem juntos em relação recíproca. A partir daí, vale perguntar: qual é o lugar dos teólogos e historiadores na renovação da memória? Parece-me que a pergunta de Robert Wright com referência ao § 42 é pertinente: há evidência histórica de que os que são encarregados do “ministério da memória” (bispos) sempre tenham sido cuidadosos com o que têm lembrado (#42), que o Papa tenha sempre exercido seu ministério primacial de discernimento para o benefício de toda a Igreja ou, pelo menos, em benefício de uma Igreja local (#46)? Talvez não esteja sendo feita demasiada reivindicação?

### *Sinodalidade*

No que se refere à sinodalidade, (§40), a observação dos acontecimentos na Igreja Católica Romana nos leva a indagar se o avanço é mais no nível da Comissão, do desejo do setor renovador daquela Igreja. É bom observar uma diferenciação no exercício da sinodalidade mencionada no fim do parágrafo 38: os Católicos Romanos e os Anglicanos compartilham essa compreensão da sinodalidade, mas a expressam de formas diversas. Então cabe uma pergunta: qual é a modalidade que facilitaria maior comunhão? Qual é a modalidade que tornaria autoridade ser fator de nutrição e crescimento da comunhão, da comunidade em missão e apontar para a autoridade de Cristo? Essa diferença na modalidade limita-se apenas às maneiras das pessoas que exercem o magistério, ou ela deve expressar-se institucionalmente? Ela fica mais na generosidade das pessoas ou precisamos de estruturas que obriguem às pessoas à modalidade facilitadora?

### **Infalibilidade**

Em relação ao ensino infalível da Igreja, deve-se perguntar se as afirmações anteriores (do ARCIC I) sobre esse tema foram recebidas consensualmente pelos anglicanos? Uma coisa é a infalibilidade do Espírito Santo e outra é a interpretação da verdade por parte da Igreja. No diálogo bilateral anglicano ortodoxo de Moscou (§ 18 a-b), o uso dos termos “infalibilidade” e “indefectibilidade” são de origem medieval e ocidental. Para os anglicanos a infalibilidade adquiriu associação infeliz por causa da definição do Vaticano I e do modo como a autoridade papal tem sido exercida. No mesmo diálogo de Dublin, ortodoxos e anglicanos afirmaram que a infalibilidade não é a propriedade de qualquer pessoa na Igreja, (§29) e a inadequação do termo, no ARCIC II, §32: “estamos de acordo em que se trata de uma palavra aplicável somente a Deus e que o seu uso tratando de um ser humano, mesmo que seja, em circunstâncias muito restritas, pode produzir muitos mal-entendidos... Reconhecemos também que a atribuição da infalibilidade ao bispo



de Roma em certas condições deu espaço para conferir importância exagerada a toda as suas declarações". Também é pertinente a observação de S. Sykes de que, embora louvável a humildade do João Paulo II de caracterizar o seu ministério como de Servo dos Servos, de serviço e de reconhecer as fraquezas pessoais na Igreja, há muita distância entre esse foco nos indivíduos e a linguagem do Artigo XIX dos Trinta e Nove Artigos de Religião. Embora ela fosse vazada em tom polêmico, atrás disso está o reconhecimento de que a Igreja da Inglaterra pode cair no erro assim como a Igreja de Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Roma caíram no erro. É uma coisa dizer que há pecadores e imperfeições na Igreja e outra coisa é dizer que a Igreja é pecadora. Também, é relevante uma outra observação de Sykes de que o uso excepcional dos poderes, em circunstâncias que assim exigem, torna-se habitual.

Por outro lado, é interessante darmos atenção a pergunta de Hans Küng, se os anglicanos não enfrentariam o problema da autoridade com referência ao controle da natalidade do Relatório de Lambeth 1930 e a encíclica de Pio XI e de Paulo VI *Humanae Vitae*. Nessa esteira, ele coloca, também, a questão da validade das ordens anglicanas de Leão XIII e do atual papa<sup>8</sup>.

### **Primazia universal e “Una, Santa, Católica e Apostólica”**

No que diz respeito à Primazia universal do Bispo de Roma, a questão que deve ser esclarecida e aprofundada se refere ao § 47 isto é, ao seu ministério específico de discernimento da verdade e sua relação com a sinodalidade. Esse ministério é o de porta-voz de toda a Igreja? A Primazia universal do bispo de Roma como de *iure* divino é ensino bíblico ou é um desenvolvimento inspirado e ajudado pela visão do Império romano? Na *Autoridade da Igreja II*, § 6 diz-se, “o Novo Testamento não contém nenhum registro explícito de transmissão de liderança a Pedro; nem também é muito clara, em termos gerais, a transmissão de uma autoridade apostólica (...) Além disso, os textos petrinus foram submetidos a diferentes interpretações em tempos tão antigos como os dos Pais da Igreja”. O resto do parágrafo fala no desenvolvimento da exegese dos textos petrinus para fundamentar a sucessão petrina, mas não há, para tanto, suficiente base do Novo Testamento. Diga-se aqui, parenteticamente, que a recente obra de Hans Küng afirma que não há base neo-testamentária sobre primazia petrina. Voltando ao documento anterior, o mesmo diz: “a doutrina de que um primado universal expressa a vontade de Deus não permite como conclusão que uma comunidade cristã fora da comunhão com a Sé romana não pertença à Igreja de Deus. Participar da comunhão canônica com o bispo de Roma não está entre os elementos

---

<sup>8</sup> Küng, Hans, *The Via Romana* in **The Tablet**, 19 de junho de 1999.



necessários pelos quais uma comunidade cristã seja reconhecida como Igreja". (§12) Também falando no ministério de assistência que o Primaz universal poder prestar aos bispos, diz o documento: "contudo, o primaz universal não é a fonte da qual deriva a autoridade dos bispos diocesanos..." (§19). No diálogo bilateral anglicano-ortodoxo, não se pensa num primaz universal, mas em metropolitanos ou patriarcas, em "senioridade" de honra e em igualdade, (Dublin 1984, § 21-28). Isso representa uma questão sobre o perfil do Primaz universal – trata-se de uma Primazia de honra ou de governo, conforme o Vaticano I ?. Se esse é o caso, é preciso ter uma visão mais clara do que a Igreja Católica Romana considera ser "Igreja una, santa católica e apostólica". O Vaticano II afirmou que a Igreja una, santa católica e apostólica subsiste ou continua na Igreja Católica Romana. A visão anglicana sobre essa matéria consiste em que nenhuma Igreja pode vindicar para si a plenitude da Igreja. Assim, nós anglicanos, nos consideramos um segmento da Una Santa Católica e Apostólica e reconhecemos outras Igrejas em diálogo como mutuamente pertencentes à mesma, contanto que confessem a fé conforme o Credo Niceno-constantinopolitano. É o caso dos diálogos com os luteranos, reformados e metodistas. Tudo isso significa que ainda não se avançou para o consenso. São questões que exigem estudos cuidadosos e prolongados. Sob esta perspectiva o documento é ainda controverso, apesar de alguns avanços, como o reconhecimento da "comunhão real, mas imperfeita". No entanto, as propostas do parágrafo 60 no sentido de que os anglicanos aceitem o cuidado pastoral do Papa, mesmo agora, exigem de nós um esforço espantoso para andar dentro dos labirintos de uma leitura como essa. Parece-nos que Margareth Hebblethwaite tem razão quando diz sobre os anglicanos: "atordoara ruptura ou um ato de lunatismo". E Hans Küng diz que o Dom da Autoridade apresentado de modo palatável aos anglicanos pode tornar-se um cavalo de tróia colocado dentro de Cantuária.

### Questões defrontadas pelos anglicanos

As questões dirigidas pela Comissão bilateral aos anglicanos podem ser divididas em duas:

- 1) qual seria resposta anglicana à percepção da necessidade de uma primazia universal unificadora ?
- 2) Como lidar com o enfraquecimento da Comunhão Anglicano, devido à propensão anglicana para a tolerância ?

Invertendo a ordem, comecemos pela segunda questão – o "enfraquecimento" da comunhão entre as Igrejas locais e provinciais na Comunhão



Anglicana. A comunhão enfraquecida surgiu em torno da ordenação feminina, (principalmente ao episcopado) e foi tratada satisfatoriamente no Relatório de EAMES, salientando o jeito anglicano de resolver tais problemas. É verdade que houve dissidências na ECUSA, na Igreja da Inglaterra e na Igreja do Canadá. Elas representam paróquias isoladas que formaram mais do que uma denominação. Na Inglaterra há paróquias que recusam a visita pastoral do bispo que é favorável à ordenação feminina. Sem dúvida, nesses casos é possível falar em enfraquecimento da comunhão. Com vistas ao futuro da comunhão, foram nomeados "bispos-voadores", na Inglaterra, para atender essas paróquias, sem criar dioceses "trans-diocesanas". Em alguns casos, paróquias voltaram para o cuidado pastoral do seu bispo diocesano. Houve, também, a recusa de uma possível visita de uma bispa por parte de algumas Províncias da Comunhão. É interessante observar que, na Conferência de Lambeth 98, as bispas e os bispos ultra-conservadores sentaram-se juntos numa mesa redonda por vários dias para um diálogo. E houve sinais de que os "bispos-voadores" estavam muito preocupados com o futuro do seu ministério, isto é, tornar-se voantes. Além disso, a Reunião Anual dos Primazes, sem deixar de ser consultiva, tem mostrado o caminho do fortalecimento da comunhão. O relacionamento das Igrejas locais em Províncias e entre as mesmas em Comunhão Anglicana, em termos de comunhão, de laços afetivos, de consulta, de interdependência mútua com o arcabouço do Quadrilátero de Lambeth requer paciência e tempo. Com efeito, a Reunião dos Primazes propiciou o encontro entre o Primaz da ECUSA e o da Nigéria, resultando no retiro dos bispos da Nigéria com o



---

Bispo Griswold como diretor espiritual. Em consequência disso, houve aprofundamento de comunhão entre das Províncias, respeitando-se as diferenças.

A primeira questão é insinuada no Relatório de Virginia numa pequena frase. Onde se pergunta se não é o caso de fortalecer a função do Arcebispo de Cantuária, ter uma legislação universal anglicana obrigatória a todos, (no fim do parágrafo 3.28). Essa é uma questão antiga e colocada, em várias Conferências de Lambeth e rejeitada desde o começo. Há reações contrárias a essa proposta na forma de artigos como o de Ian T. Douglas, que fala da “nova curialização”, como reação do medo de perder o poder e prestígio por parte dos que têm nostalgia do tempo colonial. O bispo de Bradwell, Laurie Green, em seu livro *Impacto da Globalização*, num capítulo sobre a unidade da Igreja, diz: A tendência anglicana, no presente, é procurar dar atenção às forças opostas de globalização e localização, da centralização e subsidiariedade voltando à doutrina da Santíssima Trindade como seu modelo e conforto. Mas a história da doutrina ocidental e oriental (dos capadócijs) nos mostra que a formulação doutrinária tem seguido ao seu modelo político eclesiástico. No Ocidente com a formulação da unidade de Deus anterior à formulação da Trindade, ela serviu para dar fundamento trinitário para a centralização do governo eclesiástico. Ao passo que, no Oriente, com a formulação trinitária anterior à formulação da unidade divina, a doutrina deu embasamento para administrar a pluralidade eclesial – os patriarcas em igualdade. Porém, quando



---

teve problemas com a unidade, avançou na direção do fortalecimento da Pessoa do Pai.

Deve-se observar que, também, a Convenção Geral da ECUSA 2000 aprovou a reafirmação da doutrina tradicional anglicana da autoridade dispersa e compartilhada. Essa doutrina é conhecida como aquela que foi exposta pela Conferência de Lambeth 48 e encontra-se no Relatório da mesma e passamos a fazer transcrição de um trecho do mesmo:

“A autoridade - herdada pela Comunhão Anglicana da Igreja indivisa dos primeiros séculos da Era cristã - é uma porque se deriva uma única fonte divina, e reflete dentro de si mesma a riqueza e historicidade da Revelação divina, a autoridade do Pai eterno, Filho feito carne e o Espírito vivificante. Ela é distribuída entre Escritura, Tradição, Credos, Ministério da Palavra e do Sacramento, o testemunho dos santos e consenso dos fiéis, que é a contínua experiência do Espírito Santo através de seu povo fiel na Igreja. Por conseguinte, esta é a autoridade dispersa ao invés de centralizada, tendo muitos elementos que combinam, interagem, e conferem uns com os outros. Todos esses elementos juntos, por um processo de apoio e verificação mútuos e correção mútua dos erros e dos exageros, contribuem para a plenitude multifacetada da autoridade que Cristo confiou à sua Igreja. Onde essa autoridade de Cristo se encontra mediada não apenas numa só modalidade, mas de diversos modos, reconhecemos nessa multiplicidade a medida do Deus de amor contra as tentações da tirania e dos perigos do poder irrestrito”.

Esta autoridade tem uma adaptabilidade e elasticidade porque a ênfase de um elemento sobre outros pode mudar com as condições mutáveis da Igreja. A variedade de fatores que contribuem dá-lhe uma qualidade de riqueza que encoraja e liberta.

Concluimos então, que ainda há muito que se conversar entre as duas Comunhões (Anglicana e Católica Romana), com vistas a maiores esclarecimentos, antes de qualquer forma de recepção da Primazia Universal.